



A intervenção dos futuros animadores socioculturais com o cidadão idoso: Contributos para uma reflexão

Ana Teodoro

Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais e Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa
anat@eselx.ipl.pt,

Ana Simões

Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais e Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa
anasimoes@eselx.ipl.pt

Ana Gama

Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais e Escola Superior de Educação, Instituto Politécnico de Lisboa
anagama@eselx.ipl.pt

Nas últimas décadas o envelhecimento da população tem vindo a aumentar nos países centrais e semi periféricos da Europa e do mundo. Este fenómeno social que deriva de outras mudanças sociais (aumento da esperança de vida, diminuição das estruturas familiares, altas taxas de feminização do trabalho) tem suscitado, cada vez mais, a necessidade de criar respostas para os idosos (ex.: centros de dia e lares).

Desde há alguns anos que a reflexão teórica sobre animação sociocultural tem sustentado a associação entre processos educativos em espaços não formais e os objetivos da intervenção em animação sociocultural. No entanto, essa associação deve estender-se igualmente a espaços informais, uma vez que estes correspondem aos espaços das vivências quotidianas dos indivíduos e, no caso do cidadão idoso, esses espaços vivenciais são frequentemente instituições nas quais se espera que os animadores socioculturais atuem.

Na presente comunicação analisam-se e discutem-se as opções tomadas pelos alunos do curso da Licenciatura em Animação Sociocultural de uma escola superior de educação pública que frequentaram, no ano letivo 2011/12, nos 2.º e 3.º anos, a unidade curricular Projeto Interdisciplinar de Intervenção Profissional e desenvolveram os seus estágios curriculares com idosos.

A metodologia utilizada centra-se na análise documental (base de dados dos estágios e relatórios finais) e na aplicação de um inquérito por questionário aos alunos em questão.

Palavras-chave: educação não formal; educação informal, idoso.

Introdução

O envelhecimento da população tem vindo a aumentar nos países desenvolvidos da Europa e do mundo, sendo que Portugal não é exceção. A esperança média de vida em Portugal era, em 1960, de apenas 61 anos para os homens e 67 anos para as mulheres, ao passo que em 2005 atingia 81 anos para as mulheres e 75 para os homens. Em 2011, em Portugal, os indivíduos com mais de 65 anos correspondem a cerca de 19% da população, e na União Europeia a cerca de 17 % (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012). Tem-se assistido a um aumento de iniciativas socioeducativas dirigidas a este público, em espaços formais e não formais. A título de exemplo, podemos olhar para a realidade das universidades de terceira idade em Portugal: o número destas universidades passou de 30 em 2001 para 112

em 2008 e 189 em Março de 2012 (RUTIS, 2012). Podemos ainda referir a existência de 168 serviços de apoio domiciliário distribuídos no país ou o aumento de empresas da saúde humana e apoio social de cerca de 7700, em 2000 para cerca de 81000, em 2010 (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2012).

É perante este quadro de envelhecimento significativo que um conjunto de áreas científicas centradas no idoso, nomeadamente: Geriatria, Gerontologia, entre outras, têm ganho relevância. A mesma preocupação se observa na reflexão teórica e na atuação ao nível da Animação Sociocultural (ASC).

Os investigadores e teóricos do campo da ASC têm sustentado a associação entre processos educativos em espaços não formais e os objetivos da intervenção em animação sociocultural. Defendemos que essa associação deve estender-se igualmente a espaços informais, uma vez que estes correspondem aos espaços das vivências quotidianas dos indivíduos, e, no caso do cidadão idoso, esses espaços vivenciais são frequentemente instituições nas quais se espera que os animadores socioculturais atuem.

Neste sentido, uma vez que “a educação é percebida numa perspectiva global, em que as três modalidades, educação formal, não formal e informal se apresentam complementares entre si, ou seja, nenhuma por si só, consegue responder às necessidades formativas dos indivíduos” (Cavaco, 2002, p.30), consideramos que a atuação dos animadores socioculturais com a população idosa se enquadra nas referidas modalidades.

O principal objetivo desta investigação é refletir sobre o modo como os alunos veem a sua intervenção com a população idosa, a partir da sua atuação nos contextos de estágio. Pretende-se, ainda, averiguar a importância que atribuem à atuação em espaços não formais ou informais de educação com este público. Assim, analisam-se as opções tomadas pelos alunos no seu percurso formativo, da Licenciatura em Animação Sociocultural (LASC), de uma escola superior de educação pública, que frequentaram, no ano letivo 2011/12, o 2.º ou 3.º anos. Os alunos em estudo são aqueles que desenvolveram os seus estágios curriculares com a população idosa.

Educação formal, não formal e informal

Segundo Pinto (2005), a educação formal é aquela que decorre em instituições de ensino públicas ou privadas por etapas “devidamente graduadas e avaliadas quantitativamente”, em que os anos académicos se organizam por unidades curriculares, com um determinado plano de estudos. Este tipo de educação dá acesso a diplomas e certificados oficiais. Para Barros, a educação formal é “a que ocorre no âmbito e na lógica da escola” (Barros, 2011, p.84).

Relativamente ao conceito de educação não formal, Lopes (2008) identifica-o como “uma educação não regulada por normas rígidas (...) que é norteadada pelos propósitos do pluralismo educativo e centrados na relação interpessoal.” (p.404). O autor acrescenta que, enquanto complemento à educação formal, a educação não formal aproxima as pessoas umas das outras, independentemente dos graus académicos que possuem, abrange toda a população, promove relações e aprendizagens intergeracionais, valorizando, deste modo, a participação activa de todos e de cada um.

A ASC e a educação não formal estão, de acordo com Trilla (2004), interligadas, pois que uma das áreas de intervenção da ASC é exactamente a educação não formal.

O mesmo autor apresenta um conjunto de finalidades da ASC nas dimensões cultural, social, pessoal e educativa (Trilla, 2004, p.27), das quais destacamos o



desenvolvimento cultural, social e comunitário, o associativismo, a consciencialização e participação sociais, a emancipação do homem e a formação permanente, enquanto uma possibilidade a ser valorizada e fomentada.

Trilla sustenta que a ASC se enquadra no universo da educação não formal, pois tem objetivos educativos, embora estes não se concretizem no âmbito do sistema educativo formal, de acordo com os currículos vigentes. Defende ainda que as “peculiaridades processuais” próprias da ASC: a atenção aos interesses e às necessidades das populações receptoras, as metodologias ativas e participativas, em que os saberes experienciais das pessoas, independentemente das suas qualificações académicas, são valorizados como fonte de conhecimento e, ainda, a “não uniformidade do espaço e do tempo”. Trilla (2004) acrescenta que os próprios contextos de atuação das ASC (contextos institucionais não formais) e as actividades promovidas (com estruturas não formais) são outro argumento válido para a ASC ser considerada uma modalidade de educação não formal.

No que respeita à educação informal para Pinto esta é a que “corresponde a tudo o que aprendemos mais ou menos espontaneamente a partir do meio em que vivemos: das pessoas com quem nos relacionamos informalmente, dos livros que lemos ou da televisão que vemos, da multiplicidade de experiências que vivemos quotidianamente com mais ou menos intencionalidade em relação ao seu potencial de aprendizagem.” (Pinto, 2005). De acordo com Tight (2002, citado por Barros, 2011), a educação informal compreende “todas as formas de aprendizagem não incluídas na educação formal e não formal” (p.91-92), isto é, diz respeito a todas as formas de aprendizagem realizada por cada indivíduo, na sua relação com os outros.

Para Cavaco (2002) a educação informal está presente desde que existe o Homem e corresponde a uma “modalidade educativa não organizada, que pode ser intencional ou não, e que se designa de educativa em consequência dos seus efeitos na alteração dos conhecimentos, comportamentos e atitudes dos indivíduos.” (p. 26-40). Este conceito não se pode dissociar, segundo a autora, dos conceitos de educação formal e educação não formal, dado que se trata de três modalidades educativas, interligadas entre si. Assim, se a educação formal é a modalidade de educação habitualmente associada ao contexto escolar, a educação não formal é encarada como a educação que ocorre em contextos educativos, mas em que não existe um currículo oficial, ainda que existam finalidades educativas claramente definidas. Por seu lado, a educação informal acontece naturalmente, ainda que de forma inconsciente e sem uma intencionalidade definida.

A animação sociocultural e a população idosa

Nos últimos anos as questões relacionadas com a população idosa têm vindo a assumir uma maior relevância nos discursos e nas ações dos atores que se encontram em diversos campos (político, da saúde, educativo, trabalho social, entre outros). O fenómeno do envelhecimento da população, associado a outras mudanças sociais (aumento da esperança de vida, diminuição das estruturas familiares, altas taxas de feminização do trabalho, etc.), tem suscitado a necessidade de criar respostas - como centros de dia, lares, universidades seniores - para combater os problemas de abandono, solidão, baixa autoestima, entre outros, que pesam sobre os indivíduos nesta fase do ciclo da sua vida.

Consequentemente, a gerontologia educativa tem vindo a adquirir uma particular importância na prevenção e compensação das situações relacionadas com o envelhecimento da população, uma vez que visa “ajudar as pessoas adultas a planificarem as estratégias para o envelhecimento, de promover novos interesses e novas actividades, de estimular e treinar a



vitalidade física e mental e de ocupar, utilmente, os grandes tempos livres disponíveis” (Osorio, 2004, p. 252). É nesta perspetiva que a ASC tem lugar, enquanto promotora do tempo livre do idoso, no tempo de valorização pessoal, de promoção de autoestima e de bem-estar (Lopes, 2008).

Segundo este mesmo autor, a intervenção da ASC com a população sénior pode ser realizada em quatro vertentes:

- A animação estimulativa para “que os idosos preservem a sua capacidade de interação, acedam à participação na vida comunitária e à possibilidade de realização pessoal”;
- A animação ao domicílio, associada à “necessidade de serem conferidos ao idoso sinais de afecto e de solidariedade que passam (...) pelo estabelecimento de diálogo e da procura em manter e reforçar os laços sociais com o meio que o rodeia”;
- A animação sociocultural na instituição (lares e centros de dia), ligada às estruturas destinadas a “promover um conjunto de atividades e de ações de cariz cultural, recreativo, social, educativo”;
- A terceira idade na ASC, um ramo que se pode afirmar através de diversas ações dos idosos junto de outras faixas etárias: “os animadores voluntários junto de escolas do Ensino Básico, promovendo junto das crianças aprendizagens ligadas à vivência”. (Lopes, 2008, p. 330-335)

Por seu lado, Osorio defende que a ASC com a população idosa deve corresponder a uma intervenção socioeducativa, que tem diferentes características e que se pode centrar em três dimensões, nomeadamente: a “dimensão intelectual”, que visa favorecer a prática do exercício mental através de atividades cognitivas, de criatividade e de autonomia pessoal; a “dimensão biológica”, através da manutenção da saúde física e a “dimensão ao nível psicológico”, que permite elevar os níveis de autoconceito, de autoestima e de bem-estar (p. 207-219). É neste enquadramento que o animador sociocultural assume um papel importante no trabalho com a população idosa, numa perspetiva de envelhecimento positivo, fomentando e dinamizando atividades de animação que satisfaçam as necessidades e os seus interesses com o objetivo que estes se transformem em “agentes protagonistas do seu próprio desenvolvimento” (Osorio, 2004, p. 255).

Contudo, para que esta atuação seja possível é necessário que as instituições de formação de animadores socioculturais ofereçam nos seus planos de estudos unidades curriculares que abordem as questões da população idosa, quer de uma forma transdisciplinar quer de uma forma mais aprofundada.

A formação de animadores socioculturais com vista à intervenção em populações seniores

A Escola Superior de Educação de Lisboa (ESELx) é uma instituição que faz parte da rede de estabelecimentos públicos do ensino superior politécnico. Em 2006 dá início à formação de animadores socioculturais com a criação da licenciatura em Animação Sociocultural, que sendo um 1.º ciclo de estudos no âmbito do processo de Bolonha, corresponde a 180 créditos do sistema europeu de transferência de créditos (ECTS - *European Credit Transfer and Accumulation System*). A LASC inclui unidades curriculares (UCs) organizadas num tronco comum, UCs eletivas de aprofundamento e outras UCs eletivas de áreas diversificadas que permitem completar um número estipulado de ECTS no conjunto das



áreas científicas subjacentes ao curso: Ciências Sociais e da Educação; Formação Artística e Desportiva; Línguas e Literaturas; Matemática, Ciências e Tecnologia.

A licenciatura em ASC permite, desde 2010, que o estudante possa especializar-se num domínio de aprofundamento (DA) desde que aprobe em 4 UCs de aprofundamento específicas do domínio e realize a sua prática profissional, dos 2.º e 3.º anos, num contexto de acordo com o mesmo. Os DAs previstos são: Animação, Mediação Intercultural e Intervenção em Populações Seniores (IPS). Neste último os alunos deverão escolher 4 de entre as 5 UCs específicas: Gerontologia; Geriatria, Políticas sociais para a 3.ª idade; Educação de adultos; e Necessidades especiais (Despacho nº6474/2010).

Os alunos desenvolvem a prática profissional na UC de Projecto Interdisciplinar de Intervenção Profissional (PIIP), que ocorre nos três anos do curso (PIIP I, PIIP II e PIIP III). Estas UCs combinam seminários, orientação tutorial e estágio, com um aumento progressivo do número de horas, ao longo dos três anos da LASC, sendo que as três unidades curriculares se encontram estreitamente articuladas entre si.

A formação desenvolvida pela ESELx na LASC assenta numa metodologia de Trabalho de Projecto numa perspectiva formativa “integrada, teórico-prática, profissionalizante e interdisciplinar.” (Campos et al., 2010) e que em termos de estágio se organiza da seguinte forma:

- No 1.º ano, os alunos realizam um estágio de observação durante cinco semanas;
- No 2.º ano, os alunos devem demonstrar que são capazes de “acompanhar dispositivos de intervenção e aprofundar os seus fundamentos técnicos e científicos” para o que têm de desenvolver um plano de animação, em articulação com o projecto da instituição onde realizam o seu estágio profissional.
- No 3.º ano, o segundo semestre é totalmente preenchido pelo estágio profissional e pelos seminários intensivos, de preparação e de apoio tutorial aos estágios. Este estágio profissional final da LASC pretende que os alunos consigam “conceber, desenvolver e avaliar um projecto profissional em ASC”. (Gama et al., 2011)

Metodologia

Construiu-se uma amostra de conveniência abrangendo os alunos da LASC que no decurso do ano letivo de 2011/12 realizaram o seu estágio profissional de 2.º ou 3.º ano em contexto de intervenção com a população sénior. Os alunos foram identificados a partir da base de dados dos estágios. Para estes 15 alunos (11 do 3.º ano; 4 do 2.º ano) aplicaram-se 3 metodologias de recolha de informação. A metodologia i) implicou a recolha e análise dos dados académicos respeitantes à frequência e aprovação nas unidades curriculares relevantes para certificação no domínio de aprofundamento em IPS. A metodologia ii) implicou a análise de conteúdo, e subsequente categorização, dos discursos produzidos em 3 secções (objetivos de estágio, avaliação do estágio e reflexão crítica) dos relatórios do estágio realizado no ano em estudo, tendo em vista identificar as dimensões relevantes para a IPS.

Na metodologia iii) aplicou-se um questionário, por convite através de mensagem de *email*, e disponibilização em formato electrónico na plataforma moodle (2.0) com a qual os alunos estão familiarizados. O questionário incluía um bloco de caracterização do respondente; um bloco que visa identificar as razões de escolha do estágio de PIIP II; um bloco equivalente relativo ao estágio de PIIP III e outro relativo às unidades curriculares relevantes para o domínio de aprofundamento em IPS; e por fim um bloco para expressão da



opinião relativamente à intervenção com a população sénior. Na identificação das razões relativas aos estágios os respondentes hierarquizaram as 5 razões para eles mais relevantes, de entre 13 opções; relativamente às UCs hierarquizaram 3 de entre 12 opções. Quanto à intervenção com a população sénior propunha-se uma questão de resposta aberta. Nos vários blocos foram ainda incluídas questões de resposta aberta para explicitação de escolhas ou posições. A recolha de dados foi sempre nominal, com vista a permitir o cruzamento dos diversos dados, mas definiu-se uma codificação aleatória que permitiu estabelecer o anonimato que é usado para a discussão e apresentação dos resultados.

Os contextos da prática profissional: O público idoso

Os alunos da amostra em estudo realizaram estágios em diversas valências de intervenção com idosos: lar (4), centro de dia (3), lar e centro de dia (5), Gabinete de Apoio ao Idoso de Junta de Freguesia (1), Academia Sénior (2).

O facto de apenas 15 alunos (tabela 1) terem feito os seus estágios curriculares com a população idosa é curioso atendendo a que o ano letivo em análise, e em particular o desenvolvimento do estágio, se integram cronologicamente no Ano Europeu do Envelhecimento Activo e Solidariedade entre Gerações, o que poderia supor uma maior sensibilização para esta área de intervenção.

Tabela 1: Relação entre os estágios de intervenção com a população idosa e a totalidade de estágios realizados no ano letivo de 2011/12, no PIIP II ou III.

	Estágio em 2011/12	Estágio com população idosa		Dois estágios consecutivos com população idosa		Realização de UCs específicas ao DA	
		N	%	N	%	N	%
PIIP II	52	4	7,7	3	5,8	-	-
PIIP III	51	11	21,6	7	13,7	4	7,8
Total	103	15	14,6	10	9,7	4	3,9

1277

Por outro lado, poderíamos dizer que os alunos no final da LASC estariam mais despertados para a intervenção com os idosos, pelo que há mais escolhas destas instituições no 3.º ano do que no 2.º. No entanto essa tendência inverte-se no corrente ano, havendo mais alunos do PIIP II em instituições direcionadas para o público sénior do que do PIIP III (correspondem no total a 13,9 % dos alunos em estágio).

Sendo a realização dos 2 estágios com a população idosa condição necessária para concluir o DA em IPS, importa observar este indicador. Constata-se uma baixa taxa de realização consecutiva de estágios relevantes (9,7 %), o que parece indicar que globalmente os alunos valorizam pouco esta via formativa.

A conclusão do referido DA exige igualmente a realização de 20 ECTS em unidades curriculares específicas e observa-se que um número ainda mais reduzido de alunos alia o investimento na realização dos estágios com o investimento na realização das UCs específicas. Em consequência, apenas 3,9 % dos alunos em estudo reúnem condições para concluir a sua formação com certificação do DA em Intervenção em Populações Seniores.

De entre as 13 opções de razões para escolha do estágio de PIIP II os alunos referiram 12 na escolha quer do estágio de PIIP II quer de PIIP III. No entanto as razões globalmente mais valorizadas (mais escolhidas e com maior importância atribuída) são, no PIIP II: *mudar o tipo de intervenção relativamente à realizada no ano anterior* e *o âmbito de*



atividade da instituição (ex.: infância, jovens, adultos, idosos), e no PIIP III: o âmbito de atividade da instituição e dar continuidade ao tipo de intervenção realizada no ano anterior. No entanto constata-se que, no PIIP II, razões como a proximidade da residência ou dos transportes ou a conciliação com o emprego, são mais valorizadas do que, por ex., a continuidade no tipo de intervenção realizada no ano anterior. Também a razão concretizar o domínio de aprofundamento desejado surge bastante valorizada mas mais por alunos que não reúnem as condições para certificação no DA em IPS do que pelos que reúnem.

A análise relativa ao PIIP III é muito semelhante, no entanto constata-se que a grande maioria dos respondentes inclui a perspectiva de mais emprego no futuro como uma das 5 principais razões para escolha deste estágio. Este dado parece sugerir que estes alunos têm consciência de que há uma crescente resposta social em termos de intervenção com os idosos, e, portanto, um potencial aumento de empregabilidade neste âmbito de atuação da ASC. O prosseguimento de um plano intencional para alcançar o DA em IPS não parece evidenciar-se das razões identificadas pelos alunos nesta via formativa pois 2 das razões mais valorizadas pelo aluno A são o horário do estágio e a proximidade de casa, e pelo aluno B a permanência na mesma instituição de estágio e a continuidade com o ano anterior.

As razões para seleção das UCs específicas do DA em IPS são 8, de entre 12 possíveis, sendo que as duas razões mais valorizadas são, destacadamente, o interesse dos conteúdos programáticos e, escolhida por menos alunos, o concretizar o domínio de aprofundamento desejado, embora esta razão não seja exclusiva dos alunos que podem formar-se no DA em análise.

Quanto à opinião relativamente à intervenção com a população sénior no âmbito da ASC essencialmente surgem as ideias de potenciar as capacidades dos idosos e contribuir para o envelhecimento ativo.

Da análise realizada aos objetivos formulados pelos alunos no seu relatório, identificam-se dois níveis de objetivos, os que incidem sobre a escolha do público-alvo e os que visam a sua intervenção com os idosos. No que respeita ao primeiro nível é evidente uma preocupação de alguns alunos (4) para melhorarem os seus conhecimentos e as suas competências no trabalho a desenvolver com aquele público (excertos 1 e 2, tabela 2).

Na sua intervenção com os idosos é a promoção das relações interpessoais que assume uma maior relevância nos objetivos dos projetos (8), sendo também evidente que a promoção do envelhecimento ativo e a valorização dos conhecimentos e experiências dos idosos, assumem um papel importante, numa perspetiva do idoso como agente que se envolve e participa no processo (excertos 3 e 4, tabela 2).

Tabela 2 – Excertos dos objectivos formulados no relatório de estágio.

	Excertos (autor)
Excerto 1	“adquirir mais conhecimentos sobre o que é ser idoso na sociedade atual e desmistificar todos os preconceitos e ideias pré concebidas existentes em torno da população sénior” (J)
Excerto 2	“Consolidar conhecimentos teóricos e desenvolver competências, valores e atitudes, bem como as metodologias de avaliação e de intervenção em contexto real” (L)
Excerto 3	“Proporcionar uma vida mais harmoniosa, dinâmica, atrativa com a participação e envolvimento do idoso” (A)
Excerto 4	“Valorizar as capacidades, competências, saberes e cultura do idoso” (C)



Deste modo, há uma concordância nos discursos produzidos pelos alunos nos diversos instrumentos de recolha de dados analisados, que vem ao encontro das peculiaridades da ASC assinaladas por Trilla (2004) e por Osorio (2004) e anteriormente destacadas.

Reflexões emergentes

Atendendo à realidade sociodemográfica do nosso país – percentagem de população idosa, número de instituições dedicadas à intervenção com esta população – a reduzida taxa de opção de qualificação em Intervenção em Populações Seniores sugere várias questões: por que razão os alunos da LASC não parecem estar motivados para o DA em Intervenção em Populações Seniores? Estarão estes alunos convictos de que uma formação generalizada (DA em Animação – que corresponde à larguíssima maioria dos percursos formativos do universo em análise) os prepara suficientemente para a intervenção com a população sénior no âmbito da ASC? O que podem as instituições de ensino superior fazer com vista a tornar o DA em Intervenção em Populações Seniores mais pertinente na formação de animadores socioculturais para a realidade atual?

Referências bibliográficas

Barros, Rosanna (2011). *Genealogia dos conceitos em educação de adultos: Da educação permanente à aprendizagem ao longo da vida. Um estudo sobre os fundamentos político-pedagógicos da prática educacional*. Lisboa: Chiado Editora.

Campos, Joana; Dias, Alfredo; Hortas, Maria João; Martins, Célia; Rocha, Carla & Simões, Ana (2010, Novembro). Da iniciação profissional à inserção profissional em ASC: Projecto de formação na ESE de Lisboa. In I Congresso Nacional de Animação Sociocultural, *Profissão e Profissionalização dos/as Animadores/as* (pp. 57-72). Aveiro: APDASC.

Cavaco, Cármen (2002). *Aprender fora da escola. Percursos de formação experiencial*. Lisboa: Educa.

Despacho n.º 6474/2010 de 12 de Abril. *Diário da República, n.º 70/2010, Série II*. Instituto Politécnico de Lisboa - Escola Superior de Educação

Gama, Ana; Simões, Ana; Teodoro, Ana; Carimentrand, Aurelie & Greffier, Luc (2011). Perspectives on formation of sociocultural animators: Escola Superior de Educação de Lisboa vs IUT Michel de Montaigne Bordeaux. In Carolina Gonçalves, & Catarina Tomás (Org.), *Atas do V Encontro do CIED Escola e comunidade* (pp. 221-235). Lisboa: Centro Interdisciplinar de Estudos Educacionais. Disponível em http://www.eselx.ipl.pt/cied/download/Atas_V_Encontro_Cied.pdf

Lopes, Marcelino de Sousa (2008). *Animação sociocultural em Portugal*. Amarante: Intervenção.

Osorio, Augustín Requejo (2004). Animação sociocultural na terceira idade. In Jaume Trilla (Coord.), *Animação sociocultural. Teorias, programas e âmbitos* (pp. 251-263). Lisboa: Instituto Piaget.

Pinto, Luís (2005, Maio). Sobre educação não-formal. In *Cadernos d'inducar* (pp. 1-7), Disponível em <http://www.inducar.pt/webpage/contents/pt/cad/sobreEducacaoNF.pdf>.



Fundação Francisco Manuel dos Santos (2012). *Base de Dados Portugal Contemporâneo*. [Base de dados PORDATA online]. Disponível em <http://www.pordata.pt/>

RUTIS (2012). *Sítio da rede de universidades da terceira idade. Universidades seniores*. Disponível em <http://www.rutis.org/index.shtml>

Trilla, Jaume (2004). Conceito, exame e universo da animação sociocultural. In Trilla, Jaume (Coord.), *Animação sociocultural. Teorias, programas e âmbitos* (pp. 19-63). Lisboa: Instituto Piaget.

